

Repasses são principal receita de 90% dos municípios do Rio

Estudo do TCE indica que contribuintes em 13 cidades pagam menos de R\$ 10 ao ano em impostos

ELIANE AZEVEDO

RIO – Os municípios do Rio de Janeiro vão ter de aprender a arrecadar impostos se não quiserem decretar falência com o ajuste fiscal proposto pelo governo. Estudo feito pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) em 1996 aponta que os repasses são a principal fonte de receita de 90% das cidades fluminenses. A dependência de recursos externos é tão grande que, em 13 dos 80 municípios existentes até 1996, os contribuintes pagaram menos de R\$ 10 no ano em impostos municipais – e em Laje do Muriaé, Varre-Sai, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes e Conceição de Macabu, menos de R\$ 5.

“Há uma visível falta de disposição dos prefeitos de cobrar impostos”, diagnosticou o conselheiro Sérgio Quintella, coordenador do estudo, realizado pela primeira vez pelo TCE. Embora não tenha informações de outros Estados, ele não acredita que essa cultura de viver de repasses seja exclusiva do Rio. “Com o ajuste, deve cair a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Renda e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por conta da redução da atividade econômica”, previu. “Os municípios, como pudemos demonstrar, têm espaço para tomar atitudes no âmbito interno”.

Quintella avalia que, apesar das diferenças de proporção e capacidade de gerar receitas entre as cidades fluminenses, nada justifica a disparidade entre uma

carga tributária anual de R\$ 10 e uma de R\$ 225, como no município do Rio de Janeiro. Há casos grotescos: em Conceição de Macabu, por exemplo, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) per capita é igual a zero. “O que estamos vendo é consequência dessas ondas emancipatórias, quando se criam municípios sem estrutura fazendária”, apontou. Além disso, segundo ele, a impopular cobrança de impostos não é politicamente atraente para os prefeitos.

Mau uso – Outro problema detectado pelo TCE foi o mau uso tanto das receitas próprias quanto dos repasses. O município de Guapimirim, na Baixada Fluminense, despontou na pesquisa com o espantoso dado de que os gastos com a Câmara consomem

15% da receita e ultrapassam as despesas com Educação e Cultura, com 14%.

A folha de pessoal responde por 49% das despesas de custeio dos municípios. Em média, de cada R\$ 100 gastos,

R\$ 87 foram usados na manutenção de serviços públicos e pagamento de juros da dívida pública e apenas R\$ 13 em investimentos, inversões financeiras ou amortização da dívida.

Não admira que só 12 dos 80 municípios – 15% do total – tenham apresentado superávit de execução orçamentária. “O Estado do Rio tem um déficit primário elevado (receita menos despesa, fora juros), de quase 2% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual”, apontou Quintella. “Como o governo anunciou que quer um superávit primário de 2,6% do PIB, pode-se imaginar o esforço que terá de ser dispendido”, acrescentou. No início do ano, o TCE deverá divulgar um novo estudo, incluindo os dez municípios criados desde 1996.

DISPARIDADE
NO ESTADO É
INJUSTIFICÁVEL,
DIZ QUINTELLA